

OS REFUGIADOS REPUBLICANOS EM PORTUGAL E O CASO DE BARRANCOS: SILÊNCIOS DA HISTÓRIA E LUTAS PELA MEMÓRIA

Dulce Simões

IELT/Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa

1. O TEMA E OS PROBLEMAS

Nesta comunicação pretendemos discutir os usos da memória num tempo de aceleração histórica, tomando como objecto empírico e historiográfico o caso dos refugiados republicanos em Portugal, e em particular o caso de Barrancos. A abordagem resulta da investigação na fronteira Baixo Alentejo/Extremadura/Andaluzia iniciada em 2002, sobre as representações sociais da guerra civil de Espanha.

Metodologicamente entrelaçamos a etnografia e a história, cruzando fontes documentais, trabalho de campo e histórias de vida, recolhidas em Portugal e Espanha. A investigação histórica aporta o desafio de novas concepções do terreno, não se circunscrevendo a um lugar, mas a um período de tempo ou a uma série de eventos, conduzindo o estudo a diversos lugares (Des Chene, 1997). A etnografia apresenta-se como estratégia diversificante, tornando mais complexo o nosso entendimento de vários lugares, através de um olhar atento às diferentes formas de conhecimentos disponíveis em diferentes locais políticos e sociais (Gupta e Ferguson, 1997). O enfoque analítico atribuído à memória (Halbwachs, 1968), ao lugar da fronteira (Wilson e Donnan, 1998), e às relações de poder (Bourdieu, 2001) evidenciam o conflito e as estratégias de resistência dos actores sociais (Scott, 1985, 2003) como praxis culturais modeladas pelos processos históricos (Sahlins, 1997). O facto da guerra civil de Espanha ter ocorrido num momento crucial para a consolidação da ditadura em Portugal, desempenhando um papel central na definição ideológica e internacional do regime salazarista, contribuiu para a lógica censória do regime obstruir a produção bibliográfica e literária sobre o conflito, gerando um efeito perverso, o de percebermos a sua

capacidade de condicionar a construção da memória futura da sociedade portuguesa (Loff, 2006).

Na década de 1980 a democracia permitiu uma investigação livre e isenta da censura imposta pela lógica totalitária da política educacional e cultural do Salazarismo. O primeiro objecto da investigação histórica, problematizando o impacto da Guerra de Espanha em Portugal, centrou-se ao nível do Estado, na actuação do governo de Salazar e das instituições, passando posteriormente para o terreno das relações sociais. Iva Delgado (1980) foi pioneira neste estudo, mas foi César Oliveira (1987) que deixou bem claro que os investigadores espanhóis têm ignorado a importância de Portugal e de Oliveira Salazar no apoio à retaguarda logística, política, diplomática e militar, essencial à vitória da sublevação militar. Manuel Loff (2006) concluindo uma reflexão sobre a guerra civil na historiografia portuguesa, assinala que o tema preservou ao longo do tempo um carácter instrumental nos debates políticos portugueses, mantendo o seu estudo livre de qualquer neutralidade (Loff, 2006:126).

A memória das gentes raianas conservou uma perspectiva de interpretação da História que a antropologia viria a problematizar, como edificadora de uma memória contra-hegemónica. Os estudos são escassos, apesar dos antropólogos que estudaram a fronteira luso-espanhola se confrontarem com múltiplas memórias dos fugidos da guerra (cf. Valcuende del Rio, 1998; Medina, 2000; Cutileiro, 2004; Godinho, 2004, 2005, no prelo; Cunha, 2006; Simões, 2007; Freire et al, 2009). A antropóloga Paula Godinho, devido ao trabalho de campo intensivo e extensivo realizado na fronteira galaico-portuguesa desde finais da década de 1980, foi a primeira investigadora a resgatar as memórias silenciadas dos maquis em Cambedo da Raia, “subsumidas na forma hegemónica, ganhadora, que reescreveu a História” (Godinho, 2004:158). Num trabalho posterior questiona o processo de confiscação das memórias, resultante do poder da história oficial na construção do passado e da importância do pensamento hegemónico dos grupos dominantes a nível central e regional. E como o silêncio, o segredo e o medo conduziram à persistência de ambiguidades na memória (Godinho, no prelo:223). Para Paula Godinho as etnografias do conflito atribuem novos sentidos aos fenómenos locais, quando inseridos num nível macro de mudanças políticas. Metodologicamente “a atenção analítica às redes de poder e dominação fazem pouco sentido sem uma

concomitante concepção da luta e da resistência, com a cultura no centro dos estudos do poder” (no prelo:224).

Luís Cunha (2006) em *Memória Social em Campo Maior*, na fronteira Alentejo/Extremadura, reconhece que “a guerra civil de Espanha transformou a fronteira e a vida dos portugueses que aí viviam” (Cunha, 2006:252), destacando o efeito traumático que o acontecimento provocou na memória social. A dimensão traumática do passado manifestava-se pelo silêncio, acentuando o esquecimento, “criando espaços vazios, apagamentos e armadilhas que exigem confronto e leituras cruzadas de testemunhos (2006:253). Este obstáculo epistemológico levou o autor a assumir o carácter fragmentário deste capítulo da sua obra, ordenando-o em temas que ilustrassem o “modo como a guerra é narrada na raia portuguesa” (2006:254). A memória social centrava-se na dimensão humana da tragédia dos refugiados, que metaforicamente representavam “a própria guerra entrando no quotidiano da vila” (2006:259). A ruptura no quotidiano, provocada pelo fluxo de pessoas fugidas aos bombardeamentos e à ocupação da cidade de Badajoz, a sua concentração nos celeiros da vila e a posterior entrega aos nacionalistas fixou uma memória mítica alicerçada na dicotomia ricos/pobres. A sua importância como património, “apesar de circunscrito à vida de quem atravessou aqueles anos, e neles aprendeu a ver o mundo e a explicá-lo” (2006:312), remete para a construção de identidades vinculadas a uma memória contra-hegemónica.

A patrimonialização de memórias silenciadas, confinadas a grupos subalternizados, constrói identidades integrando-as num contexto global. Na década de 1990 a Câmara Municipal de Barrancos iniciou o processo de construção de um “passado significativo” (Raymond Williams, cit. em Narotzky e Smith, 2002:221), vivificando o lugar da fronteira como “fronteira da cultura”, capaz de subverter a “fronteira da política”, legitimando os laços culturais que unem as populações fronteiriças (Wilson e Donnan, 1998:11). Com este propósito realizou-se em 1994 um curso de património cultural, procedendo-se à recolha de testemunhos sobre a guerra civil de Espanha junto dos mais idosos, maioritariamente trabalhadores rurais, entretecendo solidariedades e conflitos no apoio aos vizinhos espanhóis. Em 1999 um trabalho do jornalista Paulo Barriga: *Campos de Concentração*; o envolvimento português na guerra civil de Espanha resgatava essas memórias, enfatizando a repressão do regime salazarista e o extermínio

dos refugiados republicanos (Barriga, 1999). No mesmo ano Miguel Rego realizou um encontro entre investigadores portugueses e espanhóis, que estudaram a repressão na Extremadura e na Andaluzia, coordenando a publicação: *A Guerra Civil de Espanha na Raia Portuguesa* (Rego, 1999). Em 2007, um novo estudo divulgou a história vivida de Gentil de Valadares em 1936, entre Barrancos e Safara, onde seu pai fora comandante da Secção da Guarda Fiscal e responsável pelo controle e vigilância da fronteira (Simões, 2007). Estas memórias, contextualizadas pelo historiador Francisco Espinosa, tiveram o seu enfoque analítico nos processos de rememoração e nas relações de poder. Ao termos cruzado a interpretação histórica com memórias de protagonistas e testemunhas do acontecimento, pretendemos compreender as narrativas do conflito no quadro das relações sociais entre as gentes raianas, realizando uma primeira abordagem ao percurso de vida de alguns refugiados espanhóis.

2. A POLÍTICA DE SALAZAR E OS REFUGIADOS ESPANHÓIS

A contextualização histórica torna-se fundamental para compreendermos o emaranhado de organizações e de decisões que determinaram a acção dos sujeitos históricos. Nessa construção os materiais de arquivo são um depósito de registos repletos de lacunas, mas é possível questionar os documentos ou descobrir documentos que respondam às nossas questões, sem se exigir que preencham silêncios ou que comentem o próprio silêncio (Des Chene, 1997:77). Em Maio de 1936 António Oliveira Salazar, Presidente do Conselho e Ministro das Finanças, acumula a pasta do Ministério da Guerra com o objectivo de reestruturar as instituições militares, consolidando a rede de controlo e vigilância sobre as fronteiras entrelaçando o Exército, a Guarda Fiscal (GF), a Guarda Nacional Republicana (GNR) e a Polícia de Segurança Pública (PSP), em consonância com a política da Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (PVDE). O processo de reestruturação da PVDE em 1933, alargando a rede de delegações e postos nas zonas fronteiriças, assim como o aumento de quadros dirigentes e agentes, teve a colaboração dos administradores dos concelhos e dos governadores civis “que no combate ao comunismo se mostraram por vezes mais radicais do que a própria polícia política” (Ribeiro, 1995:244). Após o golpe militar de 18 de Julho em Espanha, o Ministério da Guerra divulga as medidas a adoptar no policiamento e controlo das fronteiras,

destinadas à colaboração entre todas as forças militares, chefiadas localmente pelo oficial mais graduado ou há mais tempo no terreno.

A política de extermínio dos sublevados (Espinosa, 2003) provocou o maior êxodo da História de Espanha, e a fuga para Portugal foi uma constante ao longo da fronteira desde Caminha a Vila Real de Santo António, com maior incidência nos meses de Agosto a Novembro de 1936 (Oliveira, 1987). Na sequência do êxodo Salazar determinou os procedimentos em relação aos refugiados espanhóis, impondo uma clara distinção entre militares e civis. Os militares eram desarmados e detidos à guarda do Exército até ser decidido a sua repatriação. Os civis eram identificados pela Secção Internacional da PVDE em função de listas fornecidas pela Falange, sendo na sua maioria entregues na fronteira às forças nacionalistas (cf. Delgado, 1980; Burgos Madroñero, 1985; Oliveira, 1987; Ribeiro, 1995; Espinosa, 2003). Os procedimentos das autoridades portuguesas para com os refugiados republicanos foram objecto de acusações contra Portugal, difundidas pela imprensa internacional e formalizadas pelo governo republicano junto do Comité de Não Intervenção de Londres (Delgado, 1980; Oliveira, 1987). O relatório da PVDE ao omitir os grandes fluxos de espanhóis do movimento de passageiros no Distrito de Beja, deixa bem clara a precariedade e arbitrariedade a que estavam confinados os destinos dos refugiados republicanos em Portugal.

Movimento de Passageiros no Distrito de Beja (Alentejo)						Maior fluxo de entradas de estrangeiros
Ano	Postos	Entradas		Saídas		
1936		Nac.	Est.	Nac.	Est.	
		Campo Maior	7	-	16	1
	Elvas	1.046	2.204	840	2.264	1.020 (Abril)
	Mourão	37	78	34	105	
	Moura	24	72	19	93	27 (Julho)
	Barrancos	-	-	-	-	-
	Ficalho	360	1.203	297	1.046	388 (Abril)

Fonte: Relatório da PVDE 1932/1938, Instituto dos Arquivos Nacionais Torre do Tombo

O primeiro fluxo massivo de refugiados ocorreu na última semana de Julho de 1936 na fronteira galaico-portuguesa, quando carabineiros e milicianos que haviam resistido às forças nacionalistas, a sul da província de Pontevedra e de Orense, entraram em Portugal juntamente com civis provenientes de Tuy e Vigo (cf. Rubio, 1979; Godinho, 2004; Rodríguez Gallardo, 2008). O segundo fluxo ocorreu a 12 de Agosto, quando cerca de 400 habitantes de Encinasola procuram refúgio em Barrancos recorrendo a redes sociais (cf. Rubio, 1979; Simões, 2007). Entre 12 e 14 de Agosto centenas de pessoas provenientes de Badajoz concentraram-se na fronteira do Caia (Elvas) e em Campo Maior. Para além destas, um número incalculável de homens, mulheres e criança esconderam-se nos campos, reactivando redes sociais com portugueses e compatriotas residentes em Portugal (cf. Oliveira, 1987; Espinosa, 2003; Godinho, 2004; Cunha, 2006; Simões, 2007; Rodríguez Gallardo, 2008). A 21 de Setembro, após a ocupação de Oliva de la Frontera pelos nacionalistas, concentraram-se na fronteira de Barrancos milhares de resistentes republicanos (cf. Espinosa, 2003; Simões, 2007). Deste grupo, centenas de pessoas foram acolhidas pelos militares portugueses e posteriormente repatriadas pelo governo português para a zona republicana de Tarragona, enquanto outras permaneceram em Barrancos escondidas por familiares e amigos.

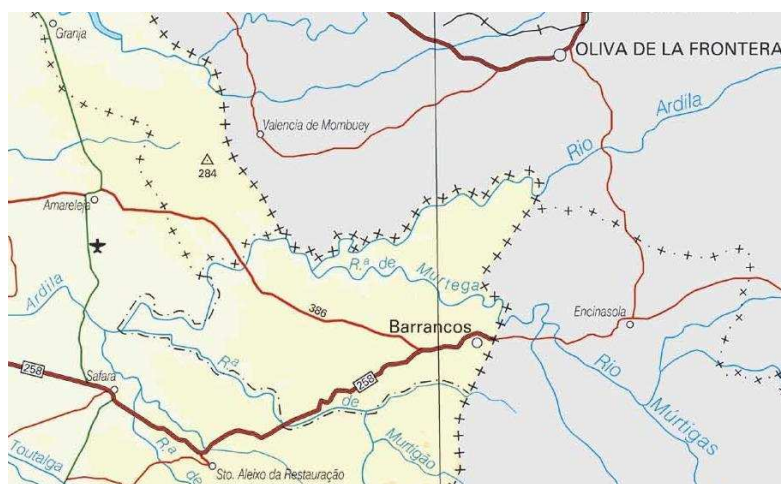
3. BARRANCOS: UMA SOCIEDADE RURAL NA RAIA ALENTEJANA

O concelho de Barrancos com uma área total de 168 km² e uma população residente de 1.806 habitantes, segundo o Censos de 2001, é limitado a norte pela província de Badajoz (Extremadura), a leste pela província de Huelva (Andaluzia), a sul, oeste e a noroeste pela região do Baixo Alentejo. Os seus habitantes partilharam um processo histórico similar aos vizinhos espanhóis, marcado por condições políticas, socioeconómicas e ideológicas concretas, para as quais contribuíram a influência árabe na península, a conquista cristã e o repovoamento por intervenção das ordens militares e religiosas, o sistema de vida pastoril e a agricultura como principais actividades económicas. A política de desamortizações do séc. XIX atraiu a Barrancos a burguesia andaluza, centralizando a posse da terra num grupo restrito, cujos descendentes evocam

a Guerra Peninsular em Espanha como motivo de fixação dos seus antepassados na vila (Simões, 2007). Ao longo do século XX o latifúndio contribuiu para o subaproveitamento agrícola, gerando assimetrias sociais, conflitos e estratégias de sobrevivência económica, como as migrações, o contrabando e a emigração. As elites rurais reforçavam-se por meio de alianças matrimoniais e redes sociais em ambos os lados da fronteira, e por cargos públicos à escala local e regional. O seu poder legitimava-se na posse da terra, “a pedra angular da estratificação social” (Cutileiro, 2004:23), e pela “dominação patriarcal” forjada na dependência e submissão dos seus criados e assalariados rurais. O regime ditatorial instituía a caridade como obrigação moral e social da classe dominante, enquanto o sistema corporativista e repressivo do Estado impedia a contestação dos dominados, impondo uma falsa harmonia entre classes. A resistência impregnava o quotidiano dos subordinados por meio das redes informais da família, dos vizinhos e dos amigos, sob formas ocultas, as “armas dos fracos” (Scott, 1985). A acção manifestava-se ao nível da infrapolítica (Scott, 2003:280), como o cimento de uma acção política mais complexa e institucional que se virá a manifestar após o 25 de Abril de 1974. Durante a ditadura, a infrapolítica foi a vida política dos subordinados, que utilizaram a fronteira como instrumento de protecção e resistência, procurando alternativas de subsistência ou refúgio.



Fonte: Wikipédia/Barrancos



Fonte: Instituto Geográfico Português

Ao longo do processo histórico a fronteira ligou e separou as populações em função de contextos específicos, pautados pela política dos estados ibéricos e simultaneamente pelos interesses locais, tecendo uma história incorporada nas gentes raianas. Para portugueses e espanhóis a cultura foi historicamente reproduzida na acção, e neste sentido Clifford Geertz (1980) diz-nos que um acontecimento é uma actualização única de um fenómeno geral, uma realização contingente do padrão cultural, o que poderia ser uma caracterização *tout court* da própria História (Geertz cit. em Sahlins, 1997:9). Em Barrancos, como noutras povoações fronteiriças, a guerra de Espanha foi o acontecimento mais marcante do século XX pela ruptura nos quotidianos, exigindo a sua reorganização. Ao reactivarem as redes sociais, condicionadas pelo medo e por lealdades distintas, os sujeitos históricos opuseram à “fronteira política”, reforçada e policiada pelo Estado português, a “fronteira quotidiana” (Moncusí Ferré, 1999:120) da resistência e da solidariedade.

4. OS REFUGIADOS EM BARRANCOS, E AS REDES SOCIAIS

Na madrugada de 12 de Agosto o Administrador do Concelho de Barrancos enviou um telegrama ao Governador Civil de Beja, alertando para um ataque a Encinasola por uma “coluna de marxistas das minas de Riotinto”, da qual faziam parte alguns barranquenhos trabalhadores das minas. Perante a “ameaça comunista” foi destacada uma Companhia do Regimento de Infantaria 17 de Beja, efectivos de Cavalaria da GNR, e uma Brigada Móvel da PVDE, para reforçarem a vigilância da fronteira juntamente com a GF. O comando das operações no terreno ficou a cargo do tenente António Augusto de Seixas, comandante desta zona desde 1933. Entre Agosto e finais de Outubro de 1936 a população de Barrancos partilhou a vida quotidiana com a presença de forças militares, aquarteladas no edifício da Escola Primária e no Monte da Coitadinha. A PVDE improvisou uma prisão numa casa particular da vila, propriedade de um jovem que aderiu à Falange de Encinasola.

Os espaços públicos e privados foram temporariamente ocupados por organizações militares, alterando a ordem social estabelecida. A elite optou pela colaboração e pela delação de presumíveis opositores políticos, abrindo as portas de suas casas aos familiares e amigos de Encinasola. Segundo as memórias locais os vizinhos de

Encinasola foram alojados em casas de famílias com as quais mantinham relações de amizade, ou laços de parentesco, e regressaram a suas casas logo após o domínio nacionalista na província de Huelva. As narrativas classificam este grupo como “gente da direita” ou “burgueses”, assinalando a marginalização dos vizinhos republicanos, escondidos no campo em condições inhumanas. O perigo de “contágio” interditou-lhes o espaço da vila, apenas cruzado quando detidos e encarcerados pela PVDE, durante a intermitência da vida. O golpe militar em Espanha impôs uma ruptura temporal ao nível dos quotidianos e da inteligibilidade, conferindo ao acontecimento um efeito espelho, no qual as pessoas se revêem em função do seu posicionamento político e social. Os trabalhadores rurais recordam o medo que sentiam, quando no meio da noite o motor do camião rompia o silêncio da vila para transportar os republicanos à fronteira, receando pelo seu destino.



Construído pela autora

A 21 de Setembro de 1936, após a ocupação de Oliva de la Frontera, última povoação estremenha a ser ocupada pelos sublevados, centenas de republicanos ficaram encurralados entre as forças nacionalistas e as forças militares portuguesas. Perante as informações recebidas sobre o extermínio em Espanha, os oficiais no terreno autorizaram a concentração em território português, com a condição de entregarem as

armas e sujeitarem-se às determinações de Salazar. A 22 de Setembro, o tenente António Augusto de Seixas comunica oficialmente a entrada de “773 foragidos de nacionalidade espanhola”, perseguidos “por tropas que sobre eles faziam fogo”, e sobre a improvisação de um “campo de concentração” na Herdade da Coitadinha.

Relação oficial dos refugiados republicanos na Herdade da Coitadinha

Local de origem	Carabineiros	Mulheres e crianças	Homens	Total
Jerez de los Caballeros		10	330	340
Oliva de la Frontera		20	274	294
Villanueva del Fresno		19	49	68
Higuera la Real		-	8	8
Colaraço		2	10	12
Valencia del Mombuey		3	5	8
Santos de Maimona		-	5	5
Alconchel		-	6	6
Total	32	54	687	773

Fonte: Arquivo Histórico Militar

A liminaridade unificadora de todas as situações de êxodo fundamenta a existência dos campos em lugares periféricos, de ocupação provisória, “fora dos lugares” e “fora da temporalidade” do mundo comum e previsível, aplicando-se-lhes um regime de excepção, “au bord du monde et de la humanité” (Agier, 2002:76). A 23 de Setembro, o campo de refugiados da herdade da Coitadinha é reconhecido por Salazar, devido a pressões políticas nacionais e internacionais, enquanto à revelia do poder central o tenente Seixas permitia a concentração de mais refugiados na herdade das Russianas. Nos campos não existiram espaços demarcados ou um policiamento rigoroso, permitindo aos refugiados transitarem entre os dois campos - Coitadinha e Russianas - partilhando alimentos e informações. Por vezes chegavam informações contraditórias, trazidas por familiares, de que podiam regressar a suas casas em segurança, criando dúvidas naqueles que deixaram para trás as suas famílias, mas todos os que regressaram foram fuzilados. Durante a permanência nos campos de Barrancos, entre 22 de

Setembro e 8 de Outubro de 1936, foram fuziladas trinta pessoas em Oliva de la Frontera.

O cabo carabineiro Fermín Velásquez, chefe militar do Comité de Defesa de Oliva de la Frontera, assumiu a liderança do grupo como mediador entre os seus companheiros e os militares portugueses, recolhendo verbas para aquisição de alimentos e defendendo os interesses dos seus compatriotas. A presença dos refugiados nos campos gerou solidariedades e distanciamentos, procedendo-se a peditórios na vila, à distribuição de cobertores às mulheres e crianças, a assistência aos feridos por um jovem médico local, e as elites accionaram as suas redes sociais em Lisboa para verem restaurada a ordem social. Paralelamente, o terror trespassava a fronteira, através de relatos de fuzilamentos de parentes e amigos, contribuindo para portugueses e espanhóis partilhem da emoção colectiva do conflito. Num trabalho anterior questionámos a singularidade dos campos de refugiados em Barrancos, assim como a acção das autoridades portuguesas na fronteira (Simões, 2007). Tentando compreender acções com rasgos de humanidade, como a do chefe militar do batalhão de Elvas, negando-se a entregar à PVDE um grupo de refugiados espanhóis, salvando-lhes a vida (Vicente, 1998:15), ou do sargento Sanches da GNR, auxiliando a saída de refugiados para o exílio, avisando-os das rusgas na vila de Campo Maior (Cunha, 2006:291). O enfoque no conflito exige a reflexão sobre as práticas de resistência ao poder hegemónico, por parte dos próprios representantes do Estado, assim como a possibilidade do acontecimento gerar actos singulares, que ocorrem uma única vez num dado espaço temporal, concebendo novos significados às práticas dos indivíduos. Nas narrativas de barranquenhos e de refugiados estremenhos é evocada a acção do tenente Soares da GNR, por impedir o avanço militar dos nacionalistas na herdade da Coitadinha, enquanto o tenente Seixas é recordado por proteger centenas de refugiados na herdade das Russianas. A sua acção originou um inquérito militar, pelo número de refugiados oficialmente conhecido por Salazar ser inferior ao número de pessoas transportadas para Tarragona. Na sequência do inquérito o tenente Seixas foi penalizado com dois meses de inactividade e passagem coerciva à reforma, mas recorreu da sentença e foi reintegrado em 1938.

Contudo, o procedimento das autoridades portuguesas para com os refugiados republicanos criou uma memória mítica nas populações raianas, unificadora de práticas metódicas e sistemáticas, de tal forma marcantes, que algumas narrativas recolhidas em

Barrancos sobre o destino dos refugiados dos campos da Coitadinha e das Russianas indicam Tarragona como o local onde foram fuzilados. O percurso destes refugiados foi uma excepção, num tempo em que a regra foi a “caça ao homem” entre autoridades militares portuguesas e espanholas na “limpeza” da fronteira. Nas margens do rio Ardila os refugiados detiveram-se com vidas suspensas, mas a sua permanência permite compreender a acção dos sujeitos históricos e a importância dessa “linha imaginária”, marcando o limite entre a vida e a morte de milhares de pessoas.

5. OS USOS DA MEMÓRIA

Narotzky e Smith (2002) dizem-nos que as memórias silenciadas têm de ser transformadas em pontos de ligação, numa versão que possa ser coerentemente utilizada como um guia para o futuro (2002:221). O caso de Barrancos, silenciado e omitido da História de ambos os países durante as ditaduras ibéricas, representando uma memória colectiva circunscrita à vida dos seus protagonistas e testemunhas gerou conexões entre indivíduos e grupos, emergindo como “objecto histórico” pela sua mediatização. Para o efeito contribuiu a publicação da versão castelhana do livro com as memórias de Gentil de Valadares em 2008, e o documentário “Los Refugiados de Barrancos” de Ángel Hernández, produzido pelas Producciones Morrimer no mesmo ano. As apresentações do livro e do documentário em várias localidades estremenas, organizadas por elementos da Asociación para la Recuperación de la Memoria Histórica de Extremadura (ARMHEX), foram amplamente divulgadas pela imprensa regional de ambos os países, animando cidadãos espanhóis comprometidos com o movimento social pela recuperação da memória a criar uma página no Facebook a favor da Medalla de Extremadura para o Povo de Barrancos. Em 2009 o governo regional da Extremadura reconheceu esta luta pela memória, integrando-a politicamente no estreitar das relações Portugal/Extremadura, atribuindo o galardão ao povo de Barrancos como símbolo de reconhecimento e gratidão pela solidariedade e acolhimento a todos os estremenos forçados a fugir do seu País por conflitos sociais e políticos, inscrevendo a memória na História estremena, numa versão legitimadora do presente.

A 23 de Abril de 2010 o município de Oliva de la Frontera erigiu um memorial ao povo de Barrancos e ao tenente Seixas, descerrado pelo presidente do governo regional da Extremadura, que no discurso inaugural atribuiu à reconciliação e à Constituição espanhola de 1978 a oportunidade pelo conhecimento da História recente, evocando as relações de irmandade entre Portugal e a Extremadura. Para o alcalde de Oliva, a homenagem simbolizava a ratificação pelo acolhimento aos oliveros fugidos do extermínio, atribuindo sentido e significado às relações de vizinhança e à vida dos “vencidos” da guerra. Para o presidente da Câmara de Barrancos legitimava-se a solidariedade de uma comunidade unida pela memória e pela História aos vizinhos espanhóis. Entre os presentes estavam membros da ARMHEX, a filha e netos do tenente Seixas, um dos filhos do cabo carabineiro Fermín Velázquez, os refugiados Manuel Méndez e Rafael Caraballo acompanhado dos netos, partilhando o momento do reconhecimento público, da dignificação das suas vidas destruídas e injustiçadas durante as ditaduras ibéricas. Uma placa de bronze registava a humanidade do tenente Seixas, como modelo de inspiração para as gerações futuras. Neste processo de dignificação da memória dos olvidados da História, a cerimónia foi apropriada de diferentes formas pelos participantes, em função das suas experiências de vida, das suas lutas presentes e das suas expectativas futuras. Como investigadores damos conta do nosso papel de agentes sociais, fazendo parte da realidade que pretendemos compreender e transformar. Parafraseando Jacques Le Goff (1989), devemos trabalhar de forma que a memória sirva para a libertação e não para a servidão dos homens, independentemente do nosso posicionamento humano e científico, cientes de que os nossos trabalhos representam sempre um compromisso com a sociedade.

BIBLIOGRAFIA

AGIER, Michel (2002) *Aux bords du Monde. Les refugies*. Paris, Flammarion.

BARRIGA, Paulo (1999) *Campos de Concentração: o Envolvimento Português na Guerra Civil de Espanha*. Barrancos, Câmara Municipal de Barrancos.

BOURDIEU, Pierre (2001) *Razões Práticas. Sobre a teoria da acção*. Oeiras, Celta.

BURGOS MADROÑERO, Manuel (1985) “Crónicas portuguesas de la Guerra Civil 1936. Los informes consulares de Andalucía y Extremadura”. *Estudios Regionales*, 15/16: 425-489.

CUTILEIRO, José (2004) *Ricos e Pobres no Alentejo*. Lisboa, Livros Horizonte.

CUNHA, Luís (2006) *Memória Social em Campo Maior, Usos e Percursos da Fronteira*. Lisboa, Publicações D. Quixote.

DELGADO, Iva (1980) *Portugal e a Guerra Civil de Espanha*. Lisboa, Publicações Europa América.

DES CHENE, Mary (1997) “Locating the Past”. In A. GUPTA e J. FERGUSON (Coords.) *Anthropological Locations. Boundaries and Grounds of a Field Science*. Berkeley, University of California Press, pp. 66-85.

ESPINOSA, Francisco (2003) *La Columna de la Muerte. El avance del ejército franquista de Sevilla a Badajoz*. Barcelona, Crítica.

FREIRE, Dulce, I. FONSECA e E. ROVISCO (Coords.) (2009) *O contrabando na fronteira luso-espanhola. Práticas, memórias e patrimónios*. Lisboa, Edições Nelson de Matos.

GODINHO, Paula (no prelo) *Ouvir o galo cantar duas vezes. Identificações locais, culturas de orla e construção de nações na fronteira entre Portugal e a Galiza*. Versão manuscrita em português, Prémio Taboada Chivite.

2005 “Confiscación de memórias e retroacção discursiva das elites: um caso na raia galaico-portuguesa”. *Las políticas de la memoria en los sistemas democráticos: poder, cultura y mercado*. *Actas del Congreso de la Federación de Antropología del Estado Español*, Sevilla, pp.73-89.

2004 “ «Maquisards» ou «atracadores»? A propósito das revisões da História no caso de Cambado da Raia, 1946”. *O Cambado da Raia. Solidariedade galego-portuguesa silenciada*, Ourense. *Asociación Amigos da Republica*, pp. 157-227.

GUPTA, Akhil e J. FERGUSON (1997) *Anthropological Locations. Boundaries and Grounds of a Field Science*. Berkeley, University of California Press.

HALBWACHS, Maurice (1968) *La Mémoire Collective*. Paris, Presses Universitaires de France.

LE GOFF, Jacques (1989) “Memória”. *Enciclopédia Einaudi*. Vol.1, Memória-História, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, pp.11-50.

LOFF, Manuel (2006) “A memória da Guerra de Espanha em Portugal através da historiografia portuguesa”. *Ler História*, 51: 77-131.

MONCUSÍ FERRÉ, Albert (1999) “De la frontera política a la frontera cotidiana en una comarca del pirineo”. En J. PUJADAS MUÑOZ, E. MARTÍN DÍAZ e J. PAIS DE BRITO (Coords.) *Globalización, Fronteras culturales y Políticas y Ciudadanía*. VIII Congreso de Antropología, Santiago de Compostela, pp.119-128.

NAROTZKY, Susana (2007) “«A Cargo Del Futuro». Between History and Memory: An Account of the «Fratricidal» Conflict during Revolution and War in Spain (1936/39)”, *Critique of Anthropology*, 27: 411-429.

NAROTZKY, Susana e G. SMITH (2006) *Immediate Struggles. People, Power and Place in Rural Spain*. Berkeley, University of California Press.

2002 “«Being politico in Spain». An Ethnographic Account of Memories, Silences and Public Politics”, *History & Memory*, Indiana, University Press, pp.189-228.

OLIVEIRA, César (1987) *Salazar e a Guerra Civil de Espanha*. Lisboa, O Jornal.

RIBEIRO, Maria da Conceição (1995) *A polícia política no Estado Novo, 1926-1945*. Lisboa, Editorial Estampa.

REGO, Miguel (Coord.) (1999) *A Guerra Civil de Espanha na Raia Portuguesa*. Actas do Congresso, Barrancos, Câmara Municipal de Barrancos.

RODRÍGUEZ GALLARDO, Ángel (2008) “Gallegos, víctimas de Salazar”, *A Trabe de Ouro*, 75: 393-407.

RUBIO, Javier (1979) *Asilos y Canjes durante la Guerra Civil Española*. Madrid Editorial, Planeta.

SAHLINS, Marshall (1997) *Islas de Historia. La muerte del capitán Cook. Metáfora, antropología e historia*. Barcelona, Gedisa.

SIMÕES, Maria Dulce A. (2007) *Barrancos na Encruzilhada da Guerra Civil de Espanha. Memórias e testemunhos, 1936*. Câmara Municipal de Barrancos, Edições Colibri.

SCOTT, James (1985) *Wepons of the Weak: Everyday Forms of Peasant Resistance*. New Haven and Londres, Yale University Press.

2003 *Los Dominados y el Arte de la Resistencia*. México, Editorial Txalaparta.

WILSON, Thomas e H. DONNAN (ed.) (1998) *Border Identities. Nation and state at international frontiers*. Cambridge, University Press.

VALCUENDE DEL RÍO, José María (1998) *Fronteras, territorios e identificaciones colectivas: interacción social, discursos políticos y procesos identitarios en la frontera sur hispano-portuguesa*. Sevilla, Fundación Blas Infante.

VICENTE, António Pedro (1998) “O cerco à embaixada da República Espanhola em Lisboa (Maio a Outubro de 1936)”. Em F. ROSAS (Coord.) *Portugal e a Guerra Civil de Espanha*. Lisboa. Edições Colibri, pp. 2-44.